QUEM SOU EU? A AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL COMO EXERCÍCIO DE CIDADANIA E PERTENCIMENTO NO AMBIENTE ESCOLAR

Eliane Costa Oliveira
Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande (SEDUC-CG) — elianecostaoliveira@ymail.com

RESUMO
O presente trabalho apresenta um relato de experiência pedagógica desenvolvido na E.M.E.I.F. Mariinha Borborema, em Campina Grande-PB, com estudantes do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A experiência teve como objetivo favorecer o reconhecimento da identidade étnico-racial e compreender a autodeclaração como exercício de cidadania, pertencimento e enfrentamento ao racismo. A proposta articulou educação antirracista, recomposição das aprendizagens e letramento digital, em diálogo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4, 10, 16, 17 e 18, conforme o enquadramento adotado pela experiência. O percurso metodológico, de caráter qualitativo e descritivo, reuniu rodas de conversa, questionários diagnósticos sobre percepção racial, pesquisas sobre a diversidade étnico-racial brasileira, oficinas de autorretratos digitais com Chromebooks e formações pedagógicas em parceria com a coordenação étnico-racial da Secretaria Municipal de Educação. Também foram realizadas apresentações culturais do povo indígena Pankaxuri e organizada, de forma colaborativa, a proposta do Livro das Identidades como recurso permanente da instituição. Os registros da experiência indicaram que todos os estudantes passaram a registrar sua autodeclaração de maneira consciente. Na EJA, 16,5% dos estudantes modificaram declarações anteriores para que correspondessem à identidade com a qual passaram a se reconhecer. O relato aponta a importância de práticas pedagógicas contínuas, dialógicas e interdisciplinares para ampliar o pertencimento, fortalecer a autoestima e enfrentar atitudes discriminatórias no cotidiano escolar. Por se tratar de relato de experiência, os resultados são apresentados de forma descritiva, sem pretensão de estabelecer causalidade ou generalização para outros contextos.

Palavras-chave: Autodeclaração étnico-racial, Educação antirracista, Identidade, Pertencimento, Letramento digital.

1 INTRODUÇÃO

A escola é um espaço de aprendizagem, convivência e formação cidadã no qual crianças, adolescentes, jovens e adultos constroem sentidos sobre si, sobre os outros e sobre o mundo. Nesse processo, as experiências relacionadas à identidade étnico-racial têm papel importante, pois interferem nas formas de pertencimento, nas relações sociais e nas oportunidades de participação. Quando diferenças raciais são tratadas por meio de estereótipos, silenciamentos ou discriminação, a instituição escolar corre o risco de reproduzir desigualdades presentes na sociedade. Por outro lado, quando reconhece a diversidade e cria oportunidades para que os estudantes reflitam sobre suas histórias e identidades, pode contribuir para uma educação comprometida com os direitos humanos.

Este trabalho apresenta uma experiência pedagógica desenvolvida na E.M.E.I.F. Mariinha Borborema, situada em Campina Grande, Paraíba, envolvendo estudantes do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A ação teve como objetivo promover

a reflexão sobre a autodeclaração étnico-racial como exercício de cidadania e pertencimento, articulando diálogo, pesquisa, produção visual e recursos digitais. A proposta partiu do entendimento de que preencher um campo de identificação racial não deve ser uma ação meramente burocrática: é importante que cada estudante compreenda os sentidos sociais e históricos das categorias utilizadas, tenha acesso a informações e possa realizar sua declaração de forma consciente e respeitosa.

A experiência também se relacionou à recomposição das aprendizagens, ao letramento digital e à construção de um ambiente escolar que enfrente o racismo e outras formas de discriminação. Seu desenvolvimento dialogou com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, 10, 16 e 17 e com o ODS 18, conforme a referência adotada pela proposta, buscando aproximar a aprendizagem escolar de compromissos com educação inclusiva, redução das desigualdades, instituições justas e cooperação.

O texto está organizado em cinco partes, além do resumo e das referências. Após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico e normativo, seguido da metodologia do relato de experiência. Em seguida, são descritas e discutidas as ações desenvolvidas e os resultados registrados. Por fim, as considerações finais retomam as contribuições e os limites da experiência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E NORMATIVO

A identidade étnico-racial não se constitui de maneira isolada ou exclusivamente individual. Ela se forma em contextos históricos e sociais, atravessada por relações de poder, pertencimentos coletivos, memórias familiares e experiências cotidianas. No Brasil, as formas de classificação racial foram historicamente marcadas pela escravização, pelo colonialismo e por desigualdades que persistem mesmo após a abolição. Por isso, abordar identidade racial na escola exige superar a ideia de que o racismo se limita a atitudes individuais explícitas. É necessário considerar também práticas, representações e rotinas que podem reproduzir desigualdades ou invisibilizar determinados grupos.

Munanga (2004) contribui para compreender que as categorias de raça, embora não constituam divisões biológicas capazes de hierarquizar a humanidade, possuem efeitos sociais e políticos concretos. O racismo produz consequências materiais e simbólicas, influenciando a maneira como pessoas e grupos são percebidos e tratados. A educação antirracista, nesse sentido, não se resume a celebrar a diversidade em datas específicas; demanda revisão de práticas, conteúdos, materiais e relações, de modo a reconhecer a participação histórica de diferentes povos na formação da sociedade brasileira.

Gomes (2005) destaca a relevância de compreender a questão racial como dimensão estruturante da sociedade e da educação. A escola precisa enfrentar o racismo por meio de ações pedagógicas intencionais, formação dos profissionais e valorização das histórias e culturas afro-brasileiras e africanas. A construção de práticas dessa natureza requer escuta, estudo e compromisso institucional, evitando abordagens que atribuam aos próprios estudantes a responsabilidade de explicar ou representar grupos inteiros.

A autodeclaração étnico-racial deve ser entendida dentro desse contexto. Ela é uma forma de identificação que precisa ser informada e livre de constrangimento, e não uma classificação imposta pelo olhar de terceiros. Para que estudantes possam declarar sua identidade com consciência, é necessário criar condições para conhecer a diversidade brasileira, discutir os sentidos das categorias, reconhecer a existência do racismo e compreender que identidades podem ser vividas e nomeadas de formas distintas. Em ambiente escolar, essa reflexão deve respeitar a dignidade e a privacidade de cada pessoa, sem exigir exposição pública ou transformar diferenças em motivo de julgamento.

No plano normativo, a Constituição Federal de 1988 estabelece a dignidade da pessoa humana como fundamento da República e define a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. A Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi alterada pela Lei nº 10.639/2003 para tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e, posteriormente, pela Lei nº 11.645/2008, que incluiu a temática indígena. Essas normas reforçam que as histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas devem integrar o currículo escolar, não como conteúdo periférico, mas como parte da formação dos estudantes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais orientam sistemas e instituições de ensino a promoverem aprendizagens, atitudes e valores voltados ao reconhecimento da diversidade e ao combate ao racismo. A perspectiva de direitos humanos também demanda práticas que acolham os estudantes, assegurem participação e impeçam discriminações. Dessa forma, a autodeclaração pode constituir ponto de partida para um trabalho pedagógico mais amplo, desde que não seja tratada como objetivo isolado nem como indicador suficiente, por si só, de superação do racismo.

O uso de recursos digitais na experiência dialoga com a compreensão de que o letramento digital envolve mais do que operar equipamentos: inclui pesquisar, selecionar informações, interpretar conteúdos e produzir sentidos por diferentes linguagens. A produção de autorretratos digitais possibilita aproximar reflexão identitária e expressão criativa, desde que sejam assegurados o respeito às escolhas dos estudantes e o uso responsável das imagens.

A tecnologia, portanto, foi concebida como meio de aprendizagem e expressão, e não como finalidade em si mesma.

A proposta relacionou-se ainda aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O ODS 4 trata da educação de qualidade; o ODS 10, da redução das desigualdades; o ODS 16, de paz, justiça e instituições eficazes; e o ODS 17, de parcerias e meios de implementação. A referência ao ODS 18 foi mantida conforme o enquadramento adotado pela experiência. Essa articulação funciona como horizonte de planejamento e reflexão, sem substituir a análise dos resultados efetivamente observados.

3 METODOLOGIA

O trabalho caracteriza-se como relato de experiência pedagógica, de abordagem qualitativa e finalidade descritiva, desenvolvido na E.M.E.I.F. Mariinha Borborema, em Campina Grande-PB, com estudantes do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos. O relato sistematiza ações educativas realizadas no contexto escolar, tomando como foco a reflexão sobre identidade étnico-racial, autodeclaração, cidadania e pertencimento. Não se trata de pesquisa experimental nem de estudo destinado a estabelecer relações causais entre uma intervenção específica e mudanças de comportamento.

O percurso foi organizado por meio de estratégias articuladas. Inicialmente, foram promovidas rodas de conversa para mobilizar conhecimentos prévios, percepções e dúvidas dos estudantes sobre identidade e diversidade étnico-racial. Em seguida, foram aplicados questionários diagnósticos voltados à percepção racial e à compreensão das formas de autodeclaração. Esses instrumentos contribuíram para orientar as discussões e identificar a necessidade de aprofundar conceitos e informações.

Outra etapa envolveu pesquisa sobre a diversidade étnico-racial brasileira, com atenção às contribuições históricas e culturais de diferentes povos. As atividades foram acompanhadas por oficinas de autorretratos digitais com uso de Chromebooks, buscando articular reflexão, expressão pessoal e letramento digital. A proposta incluiu também apresentações culturais do povo indígena Pankaxuri, criando oportunidade para o contato com manifestações culturais indígenas e para a reflexão sobre pluralidade de identidades e formas de pertencimento.

A formação dos profissionais foi contemplada por ações pedagógicas desenvolvidas em parceria com a coordenação étnico-racial da Secretaria Municipal de Educação. Essa dimensão institucional foi importante para que o tema não ficasse restrito a uma atividade pontual, mas pudesse ser compreendido como responsabilidade coletiva da escola. Como produto de continuidade, foi proposta a construção colaborativa do Livro das Identidades,

concebido como recurso permanente para registrar aprendizagens e apoiar futuras atividades sobre diversidade e relações étnico-raciais.

Para a sistematização dos resultados, foram considerados os registros informados pela experiência: a totalidade dos estudantes passou a realizar o registro consciente da autodeclaração, e, na EJA, 16,5% dos estudantes alteraram declarações anteriores para que correspondessem à identidade com a qual passaram a se reconhecer. Também foram relatadas mudanças percebidas no clima escolar, na autoestima e nas atitudes discriminatórias. Como o material de origem não apresenta o número absoluto de participantes, o período exato de realização, os instrumentos completos nem séries comparativas detalhadas, esses elementos não são inferidos ou acrescentados neste artigo.

Por envolver temas identitários e possíveis registros de informações pessoais, a realização de atividades dessa natureza exige cuidado ético. É necessário evitar constrangimento, assegurar participação voluntária nas formas de expressão pública, resguardar dados pessoais e obter as autorizações pertinentes para uso de imagens ou produções identificáveis. O documento-base não informa número de protocolo de aprovação por comitê de ética; por isso, este relato não afirma que houve tal aprovação. A versão final deve registrar a situação ética aplicável à experiência e confirmar as autorizações institucionais e de imagem, quando necessárias.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As rodas de conversa e os questionários diagnósticos criaram condições para que os estudantes refletissem sobre a maneira como compreendem a identidade étnico-racial e sobre o sentido da autodeclaração. O principal resultado quantitativo informado foi o alcance da totalidade dos estudantes no registro consciente da autodeclaração. Esse dado deve ser interpretado como resultado do percurso pedagógico relatado, e não como evidência de que todas as dúvidas sobre identidade ou todas as manifestações de racismo tenham sido superadas. A consciência declaratória é uma dimensão importante, mas precisa ser acompanhada por práticas institucionais permanentes de enfrentamento à discriminação.

Na Educação de Jovens e Adultos, 16,5% dos estudantes modificaram declarações anteriores para que correspondessem à identidade com a qual passaram a se reconhecer. O dado evidencia que as respostas de identificação podem ser revistas quando as pessoas têm oportunidade de acessar informações, dialogar e refletir sobre os significados das categorias. A alteração não deve ser interpretada como correção de uma identidade considerada errada por terceiros, mas como exercício de autonomia e reconhecimento pessoal. A autodeclaração

pertence ao sujeito e deve ser respeitada sem coerção, pressão ou hierarquização entre identidades.

As pesquisas sobre a diversidade étnico-racial brasileira ampliaram a base informativa para as discussões e ajudaram a situar as identidades em processos históricos e culturais. Essa contextualização é relevante para evitar que o debate seja reduzido à aparência física ou a uma escolha de formulário. Ao abordar as relações étnico-raciais como conteúdo curricular, a escola pode questionar estereótipos, discutir desigualdades e reconhecer a contribuição de povos historicamente invisibilizados. Tal abordagem se aproxima das orientações legais para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

As oficinas de autorretratos digitais com Chromebooks integraram a dimensão reflexiva à produção criativa. Ao elaborar representações de si, os estudantes puderam mobilizar escolhas visuais e formas de expressão próprias. A atividade pode favorecer a autoestima e o sentimento de pertencimento quando conduzida em ambiente acolhedor, no qual as produções não são comparadas nem submetidas a padrões únicos de beleza, cor ou identidade. O recurso digital também possibilitou trabalhar competências de pesquisa e produção, aproximando o tema das práticas contemporâneas de letramento.

As apresentações culturais do povo indígena Pankaxuri ampliaram as possibilidades de reconhecimento da diversidade indígena e de suas expressões culturais. A inclusão dessa dimensão contribuiu para que a discussão sobre identidade não se limitasse à população negra, reconhecendo a pluralidade étnica que compõe a sociedade brasileira. É importante, contudo, que atividades culturais sejam acompanhadas de contextualização histórica e diálogo respeitoso, evitando tratar os povos indígenas como homogêneos ou como pertencentes apenas ao passado.

A parceria com a coordenação étnico-racial da Secretaria Municipal de Educação acrescentou uma dimensão formativa à iniciativa. A educação antirracista exige que os profissionais tenham oportunidades de estudar conceitos, revisar materiais e discutir situações concretas do cotidiano escolar. A formação contribui para deslocar a responsabilidade de estudantes individualmente identificados para uma atuação institucional mais ampla, na qual gestão, coordenação e docentes participam da construção de ambientes seguros e inclusivos.

O Livro das Identidades foi concebido como recurso de continuidade. Sua relevância está na possibilidade de reunir produções e aprendizagens ao longo do tempo, apoiando ações pedagógicas futuras e evitando que o tema seja abordado apenas em momentos comemorativos. Para sua implementação, recomenda-se que a participação seja voluntária, que os estudantes possam escolher o que desejam compartilhar e que sejam definidos critérios

de guarda, acesso e uso das produções. O livro deve funcionar como espaço de expressão e aprendizagem, não como cadastro público de identidades raciais.

O relato também registra avanços percebidos no clima escolar, com redução de atitudes discriminatórias e elevação da autoestima. Esses resultados são relevantes para a avaliação pedagógica, mas, na ausência de escalas, registros comparativos ou descrição detalhada dos procedimentos de observação, devem ser apresentados como percepções decorrentes da experiência, e não como mensuração independente. Para aprofundar a avaliação em novas etapas, a escola pode utilizar registros sistemáticos de situações de discriminação, escuta dos estudantes, devolutivas das turmas e acompanhamento periódico das ações, preservando a confidencialidade.

A articulação com os ODS reforçou a compreensão de que a educação antirracista se conecta a compromissos mais amplos com inclusão, redução das desigualdades, justiça e cooperação. O vínculo com o ODS 4 aparece na organização de experiências de aprendizagem; com o ODS 10, na reflexão sobre desigualdades; com o ODS 16, na construção de relações respeitosas e ambientes seguros; e com o ODS 17, na colaboração com a coordenação municipal. A referência ao ODS 18 foi mantida de acordo com a formulação adotada no trabalho de origem. Em todos os casos, a contribuição depende da continuidade das práticas e da capacidade de a instituição incorporar as aprendizagens ao planejamento escolar.

Em síntese, os resultados informados apontam que combinar diálogo, pesquisa, expressão artística, tecnologia e formação pedagógica pode criar condições favoráveis à reflexão sobre identidade e pertencimento. A experiência indica potencial educativo, mas não permite afirmar que uma única intervenção elimina o racismo estrutural. A contribuição mais consistente está em demonstrar possibilidades de trabalho escolar e em destacar a necessidade de continuidade, avaliação e compromisso coletivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida na E.M.E.I.F. Mariinha Borborema evidencia a pertinência de abordar a autodeclaração étnico-racial como tema pedagógico relacionado à cidadania, à identidade e ao pertencimento. Ao integrar rodas de conversa, questionários diagnósticos, pesquisa, autorretratos digitais, apresentações culturais e formação de profissionais, a proposta buscou criar oportunidades para que estudantes do Ensino Fundamental e da EJA refletissem sobre a diversidade étnico-racial e realizassem seus registros de maneira mais consciente.

O registro consciente da autodeclaração por todos os estudantes e a alteração de declarações anteriores por 16,5% dos estudantes da EJA constituem os principais resultados quantitativos informados. As percepções de melhoria no clima escolar e na autoestima, bem como de redução de atitudes discriminatórias, reforçam a importância de ações intencionais, embora devam ser compreendidas nos limites descritivos do relato. Os dados não autorizam generalizações nem demonstram, isoladamente, uma relação causal entre cada atividade e as mudanças percebidas.

A proposta do Livro das Identidades oferece uma possibilidade de continuidade, desde que construída com participação voluntária, respeito à privacidade e cuidado no uso de imagens e informações pessoais. A manutenção de formações pedagógicas, a revisão de materiais didáticos e o acompanhamento das relações cotidianas são passos necessários para que a educação antirracista se torne parte do projeto institucional e não uma ação isolada.

Como limite, o documento de origem não apresenta o número total de participantes, datas detalhadas, instrumentos completos ou indicadores comparativos para medir as mudanças no clima escolar. A sistematização futura desses dados pode qualificar a avaliação, desde que os procedimentos sejam transparentes e respeitem os direitos dos estudantes. Conclui-se que promover a autodeclaração consciente é uma dimensão possível de uma educação comprometida com o reconhecimento das identidades, o enfrentamento ao racismo e a construção de ambientes escolares acolhedores e democráticos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62.

MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015.